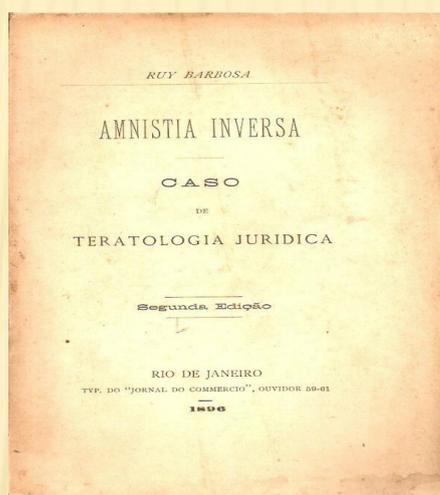
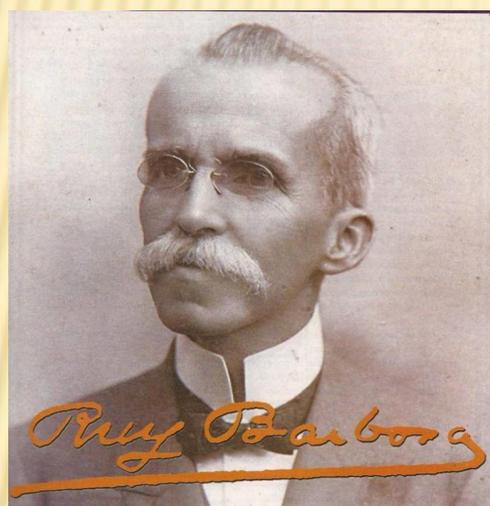


Revisitando as ideias de Rui Barbosa e a anistia: novas percepções

Autor: Arthuro Luiz G. de Carlos – Graduando em história (UFRGS)

Orientadora: Carla S. Rodeghero – Doutora em história (UFRGS)

INTRODUÇÃO: O presente trabalho foi desenvolvido a partir de uma análise da participação de Rui Barbosa em episódios onde a anistia foi decretada, buscando trazer novas percepções sobre a relação entre Rui Barbosa e a anistia e, num âmbito mais geral, contribuir com os estudos históricos sobre o tema, que são relativamente escassos no Brasil.



REFERENCIAL: Para desenvolver minha pesquisa utilizei principalmente as contribuições do filósofo francês Paul Ricoeur, que constrói uma tipologia sobre o esquecimento, o qual, em suas formas mais institucionalizadas, é aproximado à anistia. Tal aproximação foi feita também pelo próprio Rui Barbosa. Essa associação do esquecimento com a anistia norteia o referencial teórico da pesquisa, com autores vendo tal associação como positiva para o corpo político, caso de Rui Barbosa, e outros, como prejudicial, caso de Ricoeur.

METODOLOGIA: Pretendo centrar minha análise na participação de Rui em dois episódios em que houve anistia na Primeira República, nos anos de 1892 e 1895, procurando entender qual sua participação em cada um deles, a partir da leitura das fontes e de um investimento na contextualização dos acontecimentos em questão, com apoio da bibliografia selecionada.

OBJETIVOS: O objetivo é fazer uma análise da atuação política de Rui Barbosa em contextos onde a anistia estava sendo discutida, e de suas ideias acerca desta medida, através da leitura de trechos de suas “Obras Completas”, disponibilizadas no site da Fundação Casa de Rui Barbosa. Com isso, buscarei hipóteses à pergunta central da pesquisa, qual seja, os posicionamentos de Rui Barbosa nas anistias referidas sustentam a hipótese da existência de uma tradição de anistias no Brasil, fundamentada em suas teorizações?

RESULTADOS OBTIDOS: Pela pesquisa ainda estar em andamento, os resultados são parciais. Porém, pelo trabalho já realizado até aqui podemos afirmar que nos contextos observados, a anistia, dentro da argumentação jurídica de Rui Barbosa, ocupa um lugar secundário e que questões políticas pontuais perpassavam e influenciavam seus posicionamentos acerca da medida, apesar de sua sempre pretensa e declarada isenção.

REFERÊNCIAS:

MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. 2.ed. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978. 198 p.

SCHNEIDER, Ann. *Amnistied in Brazil, 1895-1985*. 2008. 306 f. Dissertação (Doutorado em Filosofia) – Departamento de História. Universidade de Chicago, Illinois. 2008.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007. 535 p.